



---

## DIFERENÇA DE GÊNERO E PRECONCEITO: UM RECORTE DO TRABALHO FEMININO – DA MANUFATURA AO CAPITALISMO VIGENTE

Márcio de OLIVEIRA<sup>1</sup>

Reginaldo PEIXOTO<sup>2</sup>

Eliane Rose MAIO<sup>3</sup>

**RESUMO:** A inserção das mulheres no mundo do trabalho é algo recente. Para chegar à situação atual (devemos lembrar que ainda há diferença entre homem e mulher – diferenças de gênero) as transformações foram inúmeras. Deste modo, o presente artigo busca abordar acerca de algumas transformações que possibilitaram – ou obrigaram – a inserção das mulheres no campo trabalhista. Para tal, discutiremos os passos que o trabalho percorreu, partindo do modo de produção manufatureiro até a instauração do modo capitalista vigente, para posteriormente discutirmos o preconceito que a mulher enfrenta no mercado de trabalho. Nossa análise nos permite afirmar que a maioria das mulheres ainda sofre com o preconceito de gênero, visto que, na maior parte dos casos, os salários dos homens são maiores que o das mulheres, e as condições daqueles são mais interessantes do que destas.

**Palavras-chave:** Trabalho; Mulheres; Capitalismo; Preconceito; Diferenças de Gênero.

### INTRODUÇÃO

Iniciamos esse artigo com uma declaração feita por Judith M. Bardwick no ano de 1974. Na época ela atuava como professora de Psicologia nos Estados Unidos da América (EUA). Após viajar durante um ano pela América Latina, ao retornar aos EUA, decidiu escrever um livro intitulado “Mulher Sociedade, Transição: como o feminismo, a liberação sexual e a procura de autorrealização alteraram nossas vidas”. Ela reflete que

---

<sup>1</sup> Graduado em Pedagogia pela Universidade Estadual de Maringá/PR. Aluno do Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado em Educação pela mesma universidade.

<sup>2</sup> Graduado em Letras pela Universidade Estadual de Maringá/PR. Graduado em Arte/Educação pela Faculdade da Grande Fortaleza/CE. Aluno do Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Maringá.

<sup>3</sup> Graduada em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá. Mestre em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista – UNESP/Assis. Doutora em Educação Escolar – UNESP/Araraquara. Pós-Doutora em Educação Escolar – UNESP/Araraquara.



há apenas cinco anos, a ideia de que as mulheres tinham direito de trabalhar fora era considerada radical. Percebemos, hoje, uma drástica mudança nessa atitude. Agora, mais mulheres trabalham e mais homens sentem-se bem por suas esposas terem um salário. [...] não apenas se espera que elas trabalhem: seria considerado anormal que não o fizessem (BARDWICK, 1981, p. 50).

Neste sentido, é possível observarmos que houve, sim, uma transição com respeito à prática do trabalho realizado pelas mulheres. Épocas atrás, anteriores ao século XIX, de acordo com Marx (1996) era desconsiderável – como vamos analisar mais a frente – a mulher se aventurar no mundo do trabalho, hoje é percebido que ela faz parte desse contexto. Porém, de que forma ela faz parte desse grupo social – os/as trabalhadores/as?

Partindo dessa reflexão queremos analisar alguns aspectos que ajudaram ou influenciaram para que houvesse – de fato – essa mudança. Qual o caminho percorrido pelas mulheres para chegarem ao mercado de trabalho? Quais as barreiras e os obstáculos enfrentados por elas? No decorrer deste, trazemos a debate elementos e ideias que nos ajudarão a embasarmos teoricamente as nossas posições. Assim, o principal objetivo desse artigo está em analisar as mudanças do trabalho durante as transformações do modo manufatureiro até o capitalismo em sua forma encontrada atualmente, para assim, entendermos algumas transformações que possibilitaram – ou obrigaram – a inserção das mulheres no campo trabalhista. Para, assim, chegarmos à discussão da entrada da mulher no mercado de trabalho. Para tanto, será feita uma retomada histórica acerca de tais transformações, perpassando pelas manufaturas e divisão do trabalho até chegarmos, enfim, ao modo de produção capitalista vigente. Ao final dessa apresentação – mais pautada da história – vamos abrir espaço para uma discussão que envolve os preconceitos que a mulher sofre na categorização do trabalho.

Este cenário de mudanças e transformações, que vamos apresentar, conta com – principalmente – a flexibilização da produção, já no século XVIII. Devemos lembrar que a entrada da “feminilidade” no mundo de produção capitalista acontece juntamente com a exploração de crianças de várias faixas etária, também no mercado de trabalho (MARX; ENGELS, 1992). Este cenário



consta da chegada da maquinaria. Nesse período, conforme vamos nos aprofundar mais adiante, houve a deteriorização das condições de trabalho: extensa jornada, redução do valor, exploração da força de trabalho das crianças e das mulheres. Logo, percebemos que o caráter da entrada das mulheres no mundo do trabalho não está relacionado à emancipação das mesmas, mas simplesmente para aumentar a produtividade e enriquecer, ainda mais, a classe dominante, que é a burguesa.

## **O PERÍODO MANUFATUREIRO**

De início nos apropriamos de alguns argumentos acerca da manufatura. Torna-se importante termos evidente como a mesma teve a sua origem. Para Marx (1985), a manufatura se originou de duas formas, a primeira delas está relacionada com o momento de “[...] quando são concentrados numa oficina [...] trabalhadores de ofícios diversos e independentes” (p. 386). A segunda forma se deu quando “o mesmo capital reúne ao mesmo tempo na mesma oficina muitos trabalhadores que fazem a mesma coisa ou a mesma espécie de trabalho” (p. 387-388). Assim, como afirma Marx (1985, p. 388-389), podemos dizer que a manufatura se originou por meio do artesanato, sob duas visões,

de um lado, surge da combinação de ofícios independentes diversos [...]. De outro, tem sua origem na cooperação de artífices de determinado ofício, decompondo o ofício em suas diferentes operações particulares, isolando-as e individualizando-as para tornar cada uma delas função exclusiva de um trabalhador especial.

Em todos esses aspectos da manufatura, o resultado final é um só, “um mecanismo de produção cujos órgãos são seres humanos” (MARX, 1985, p. 389). O mesmo autor ainda afirma que sendo complexa ou simples, a manufatura depende, ainda, das habilidades do/a trabalhador/a individual. Da manufatura, dentre as suas várias características, ainda podemos destacar uma que foi considerada muito importante em sua época, pelo fato de melhorar o desempenho do trabalho. Esse aspecto é a independência do/a



trabalhador/a. Ou seja, a manufatura gerou relativa independência entre os/as diversos/as trabalhadores/as, visto que cada um/a se ocupava com determinada atividade.

Pensando no cenário acima, temos que ter em mente que a manufatura intensificou a divisão do trabalho. Porém, essa divisão ainda era, de certa forma, limitada porque dependia das habilidades dos/as trabalhadores/as parciais, e estes/as também tinham a força limitada. Aos poucos começaram a surgir os limites de ordem física e racional, como mostram Souza e Pereira Melo (2010, s/p.) quando afirmam que

a ferramenta principal na manufatura era a força de trabalho e essa impunha, à produção, limites que são de ordem natural (físico) e racional (conhecimento do processo produtivo por parte do trabalhador) e chega-se a um momento em que não é mais possível explorar as habilidades do trabalhador.

Desta forma, torna-se necessário superar tais impasses, para que a produção partisse para uma escala maior. Tal superação começou a surgir com a implementação de novos métodos no processo produtivo. Assim, passa-se a não depender somente do trabalho dos homens, mas também, das ferramentas, e estas, de acordo com Souza e Pereira Melo (2010), começam a tomar posições cada vez mais visíveis nesse processo de produção.

Marx (1985) já mencionava a importância das ferramentas. Coloca que “a produtividade do trabalho depende não só da virtuosidade do trabalhador, mas também da perfeição de suas ferramentas” (MARX, 1985, p. 391). E partindo desse pressuposto, podemos inferir que aos poucos a maior importância passou da virtuosidade do/a trabalhador/a para as suas ferramentas, que vão ganhando maiores investimentos, a fim de produzirem mais (em quantidade) e mais rápido. Importante lembrar que o período manufatureiro “estabelece conscientemente como princípio a diminuição do tempo de trabalho necessário para a produção de mercadorias” (MARX, 1985, p. 399). Assim, espera-se produzir mais em menos tempo.

Nesse cenário de manufatura e novos instrumentos surgindo no auxílio do trabalho do homem, o período começa a necessitar de uma nova forma da



organização desse trabalho. O número de trabalhadores/as tende a se modificar, da mesma forma que o número de ferramentas tende a aumentar. Neste momento, então, vamos discutir acerca da divisão social do trabalho, a fim de entendermos tais mudanças.

## **A DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO**

Para discutir a divisão social do trabalho, Marx (1985) se utiliza de comparações entre esta e a divisão do trabalho na manufatura. Assim, faremos algumas referências destes dois modos de divisão do trabalho, a fim de elencarmos algumas características que julgamos importantes. Marx (1985) afirma que a “relação entre a divisão manufatureira do trabalho e a divisão social do trabalho [é] que constitui o fundamento geral de toda produção de mercadoria” (p. 402). Essa divisão, nos dois casos, tem como condição o emprego de certo número de trabalhadores/as, ou seja, em uma indústria a divisão do trabalho depende do número de funcionários/as e na sociedade depende da densidade da população.

O aperfeiçoamento da divisão do trabalho pode ser alcançado na medida em que há certa subdivisão. Na manufatura, por exemplo, o aperfeiçoamento pode aparecer no momento em que esse ramo de produção é subdividido em manufaturas diversas. Marx e Engels (1992, p. 15) afirmam que “[...] devido à divisão de trabalho no interior dos diferentes ramos, assiste-se ao desenvolvimento de diversas subdivisões entre os indivíduos que cooperam em trabalhos determinado”. Nesse mesmo sentido, Marx (1985, p. 408) aponta que “na sociedade em que rege o modo capitalista de produção, condicionam-se, reciprocamente, a anarquia da divisão social do trabalho e o despotismo da divisão manufatureira do trabalho”.

Assim, corroboramos com as ideias de Marx e Engels (1992, p. 15) quando afirmam que “a divisão do trabalho numa nação obriga em primeiro lugar à separação entre o trabalho industrial e comercial e o trabalho agrícola”. Logo, há uma divisão em trabalho na cidade e trabalho no campo. Enfim, para cada novo estágio que envolve a divisão do trabalho, “determina igualmente as



relações entre os indivíduos no que toca à matéria, aos instrumentos” (*Idem*, p. 16). Partindo desse cenário de novas formas de organização do trabalho na sociedade, o próximo passo é discutirmos como se deu a entrada das mulheres – que aconteceu juntamente com a entrada das crianças de várias idades – no mercado de trabalho.

## **A MULHER NO MUNDO DO TRABALHO: COMO INICIOU E COMO SE ENCONTRA**

Começaremos esse momento da discussão pautados/as na afirmação de Marx e Engels (1992, p. 16) que diz que por meio da “divisão do trabalho torna-se possível aquilo que se verifica efetivamente: que a atividade intelectual e material, o gozo e o trabalho, [...] caibam a indivíduos distintos”. Partindo dessa premissa, vale lembrar qual era a posição da mulher nesse período dos séculos XVIII e XIX. No seio familiar, “a mulher e as crianças são escravas do homem” (MARX; ENGELS, 1992, p. 17). Neste momento já podemos perceber a ideia de submissão feminina. A mulher tinha a obrigação de cuidar da casa e dos/as filhos/as, cozinhando, limpando a casa, cuidando das vestimentas... Assim, é percebido que somente o homem trabalhava fora de casa. A ideia de trabalho vista por essa época pode ser definida no seguinte excerto, quando Marx e Engels (1992, p. 19) apontam que

a força de trabalho em ação, o trabalho mesmo, é, portanto, a atividade vital peculiar ao operário, seu modo peculiar de manifestar a vida. E é esta atividade vital que ele vende a um terceiro para assegurar-se os meios de subsistência necessários. Sua atividade vital não lhe é, pois, senão um meio de poder existir.

Logo, trabalhava-se para poder viver. O trabalhador vendia, originalmente, a sua força de trabalho para o capital, pois não tinha meios materiais para produzir suas mercadorias. Agora, “sua força individual de trabalho não funciona se não estiver vendida ao capital” (MARX. ENGELS, 1992, p. 21). Percebemos que o trabalho, tal como hoje, nada mais era um



veículo que garante a rotatividade do capital, aquele é o instrumento pelo qual este último pode se fazer existir.

Analisando o século XIX, podemos afirmar que a maquinaria começa a tomar o lugar das manufaturas, como já discutimos anteriormente. Esse novo meio de produção possui um novo plano de divisão do trabalho que “se baseia no emprego de mulheres, de crianças de todas as idades, de trabalhadores sem habilitação, sempre que possível” (MARX, 1996, p. 529). Logo, confirma-se a utilização de mão de obra barata para dar continuidade à produção. E é nesse contexto que as mulheres são “chamadas” a assumirem postos de trabalho em meio à produção e aumento do capital. Assim, podemos inferir que há um esforço para introduzir grandes massas de trabalhadores/as – incluindo mulheres e crianças – no trabalho produtor de mercadorias.

Ainda com o surgimento da maquinaria, o trabalho vivo começa a perder o seu valor, dando visibilidade para o trabalho morto (ferramentas, máquinas). Com isso os salários dos/as trabalhadores/as começam a diminuir. E, portanto, a renda familiar despenca. Logo, torna-se necessário que a mulher **ajude** o homem no aumento dessa renda. Assim, com o advento da Revolução Industrial, a mulher é integrada no processo produtivo. Da mesma forma que com os outros trabalhadores, da mulher, o principal objetivo de colocá-la no mercado de trabalho é retirar-lhe a mais-valia. Porém, mesmo adentrando no processo de trabalho, a mulher não se liberta das formas de trabalho doméstico, tornando-se assim “em dupla mercadoria: do marido, na esfera doméstica, e do capitalista, no âmbito da fábrica” (AMMANN, 1997, p. 85). E ainda há quem diga que para as mulheres, “[...] o trabalho era como que uma extensão de seu tradicional papel de escora da família, transferida do lar para a força de trabalho” (BARDWICK, 1981, p. 51). Percebemos, então, que à mulher era necessário “dar conta” do trabalho doméstico, bem como de sua nova profissão no mercado de trabalho.

Entendemos, então, que a inserção da mulher nos postos de trabalho não está relacionada com a sua emancipação, mas sim com uma exploração dupla, em que de um lado ela é explorada em casa – com as atividades domésticas – e por outro lado é explorada na fábrica – com longas jornadas de



trabalho, salários inferiores se comparados com os dos homens, trabalho pesado etc. Sobre essa inserção Harvey (2003, p. 146) aponta que os efeitos são óbvios quando consideramos a transformação do papel das mulheres na produção e nos mercados de trabalho, afirma que “as novas estruturas do mercado de trabalho facilitam muito a exploração da força de trabalho das mulheres em ocupações de tempo parcial, substituindo assim trabalhadores homens centrais melhor remunerados”. Percebemos que a mulher acaba por inferiorizar o trabalho masculino, visto que elas aceitam trabalhos na mesma condição, mas com salários inferiores. Importante salientarmos que isso parte de uma necessidade de busca de subsistência e complemento da renda familiar.

A visibilidade das mulheres e das minorias no mercado de trabalho aconteceu com maior intensidade já no século XX com as produções flexíveis. Harvey (2003, p. 140) aponta que “[...] as décadas de 70 e 80 foram um conturbado período de reestruturação econômica e de reajustamento social e político [...] uma série de novas experiências nos domínios da organização industrial e da vida social e política começou a tomar forma”. A esse processo de mudanças, Harvey (2003, p. 140) chama de acumulação flexível. Essa época é marcada pela “flexibilização dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo”. Esse período foi marcado pela redução do emprego realizado de forma regular e aumento da contratação do trabalho realizado em tempo parcial, temporário ou subcontratos, perfazendo certa precariedade nos postos de trabalho e remuneração.

Kon (2002) apresenta essa flexibilização sob alguns aspectos: salarial, de emprego, interna, que vamos ver adiante. Essa análise da autora se torna importante para a nossa discussão, visto que esse momento é relevante para a inserção das mulheres no mercado de trabalho. “A flexibilidade salarial afeta o salário familiar do trabalhador masculino, pois cada vez mais os trabalhos são pagos em consonância aos salários femininos” (KON, 2002, p. 99), isso ocorre quando não há a substituição da função por uma trabalhadora mulher. Já a flexibilidade no emprego ocorre quando “[...] é obtida frequentemente através do uso de trabalhadores em tempo parcial ou temporários” (*Idem*), e, nesse





aspecto, muitas mulheres começam a se enquadrar a esse movimento. A flexibilidade interna “[...] transforma as condições de trabalho nas indústrias em que predomina o trabalho masculino, para a substituição por um trabalho ‘secundário’ [...] exercido por uma mulher” (*Ibidem*), ou seja, dentro das fábricas começam algumas mudanças nas condições de trabalho com o intuito de aumentar o recrutamento de mulheres.

Torna-se importante salientarmos que a entrada da mulher nos postos de trabalho não caracterizou a igualdade entre elas e os homens. As mulheres ainda enfrentavam a vulnerabilidade. Esses aspectos são bastante percebidos quando Harvey (2003, p; 145) aponta que não é verdade que os excluídos desse mercado de trabalho “negros, mulheres [...] tenham adquirido uma súbita paridade [...] Mesmo que algumas mulheres [...] tenham tido acesso a posições mais privilegiadas, as novas condições [...] reacentuaram a vulnerabilidade dos grupos desprivilegiados”. Porém, mesmo com esses contratemplos, a transição para a acumulação flexível foi marcada por certa revolução no papel das mulheres no mercado de trabalho, principalmente pelo fato de conseguirem – mesmo com condições precárias – maior visibilidade.

E sobre esse cenário, Nogueira (2004, p. 11) aponta que a exploração tem o simples papel de ampliar a produção do capital. Entende-se, então, que tais atividades servem para o enriquecimento da classe burguesa. Assim, “a classe trabalhadora, composta por mulheres, jovens, crianças e pelos próprios homens, foi reduzida à condição de simples força de trabalho vivo, ou seja, matéria de exploração do capital, visando à ampliação de seu ciclo reprodutivo e à sua valorização” (*Idem*). Logo, podemos pensar que essa forma que desenvolve o movimento de reestruturação para a grande maioria que vive do trabalho é resultado de certa correlação de forças.

Assim, inferimos que aos poucos os postos de trabalho começam a demonstrar que as mulheres estão cada vez mais se inserindo neles. A participação feminina no mercado de trabalho tem aumentado linearmente. Lavinias (2002) aponta que no Brasil, por exemplo, nos dias de hoje as mulheres são bem visíveis nos meios de produção.



Seja em fases de recessão, seja nos ciclos de expansão da economia, a taxa de atividades das mulheres [...] tem crescido no Brasil nos últimos 20 anos. Essa constatação é quase lugar-comum, estando evidenciada em todas as pesquisas e artigos (LAVINAS, 2002, p. 33).

Logo, não podemos negar que hoje em dia é crescente o número de mulheres encontradas nos mais diversos postos de trabalho, realizando as mais diversas funções, cuidando dos mais diversos setores, mas, ainda, há muitos obstáculos a serem vencidos por elas.

Tendo em vista que a mulher passa a ocupar cada vez mais alguns cargos e postos de trabalho em nossa sociedade, acreditamos ser de extrema importância discutir quais são os preconceitos e os obstáculos que a mesma enfrenta nessa nova jornada.

## **O MERCADO DE TRABALHO E A DISCRIMINAÇÃO FEMININA NO BRASIL**

Na atualidade, temos assistido a uma inclusão cada vez maior das mulheres no mercado de trabalho. Essa necessidade se deu devido a fatores já elencados que mudaram o panorama mundial e o modo de ser e viver da mulher a partir do século XVI, exigindo uma nova estruturação familiar, fazendo da mulher um agente importante de transformação dos cenários que se dispuseram aquele período de revolução. No que diz respeito ao mercado de trabalho brasileiro, historicamente, a mulher vem desempenhando funções e cargos que estão abaixo do topo dos comandos das empresas, visto que, desde os anos de 1990,

verifica-se uma notável sub-representação das mulheres nos cargos de comando: conforme dados de 1991, nos 300 maiores grupos privados nacionais, somente 3,47% de mulheres ocupam cargos executivos de topo. O percentual cai para 0,94%, se consideradas as 40 maiores estatais brasileiras, e reduz-se para 0,48% entre as 40 maiores corporações estrangeiras (PUPPIN, 1994, p. 13).

Diante da afirmação, é possível entender que ainda que a mulher ocupe uma grande parte dos postos de trabalho nas pequenas e grandes empresas, quando o cargo exige maior autonomia e responsabilidade, geralmente fica na



mão de profissionais do sexo masculino, demonstrando assim, que as mulheres ocupam postos de trabalho mais complexos, que não exige amplos conhecimentos, e/ou outras determinações que os grandes chefes devem ter em suas funções executivas.

A sub-representação<sup>4</sup> da mulher nos postos de trabalho conforme afirma Puppim (1994), nos permite uma reflexão acerca da caminhada do processo de exclusão e preconceito vivenciado pelas mulheres brasileiras no século passado. Isso demonstra que ainda que se fazem necessárias nas suas atividades laborais, estão longe de ser valorizadas, respeitadas e igualadas ao sexo oposto. Há que se reconhecer que no início do século XX, grande parte dos/as brasileiros/as era formada por mulheres e crianças. As investidas sexuais de patrões e chefes de seções às mulheres eram ações bastante comuns daquela época. As denúncias registradas, segundo Rago (2009, p. 57-58), muitas vezes eram invisibilizadas e/ou criminalizadas, “e por isso podiam ser presas da ambição feminina. Além dos industriais intransigentes e das autoridades policiais, poucos levavam em conta figuras como as militantes operárias Otávia e Rosinha Lituana, personagens centrais do Parque Industrial”. Segundo a autora, os documentos existentes sobre a mulher no início do século XX no Brasil, não possuem muitos registros precisos de como se dava a sua participação nos movimentos reivindicatórios, mas que as poucas denúncias escritas e as entrevistas orais que se tem sido feitas na atualidade tem desenhado a forma como a mulher se representou no mundo do trabalho daquela época.

Sem dúvida, as lutas por direitos sociais e trabalhistas foram muito importantes para se reafirmar a importância e o papel da mulher no espaço profissional. As mulheres começaram a se rebelar a partir de movimentos que foram se fortalecendo dentro e fora dos palacetes do mundo burguês, as assembleias sindicais abriram espaço para discussões enquanto que a imprensa operária apontou os problemas, as condições de trabalho e inexistência de direitos sociais e políticos para as mulheres, conforme trecho a

---

<sup>4</sup> Puppim (1994) define como sub-representação feminina, o fato de um percentual consideravelmente menor de mulheres estar representado nas atividades e cargos executivos.



anarquista Matilde Magrassi, em o artigo “*amigo do povo*”, exarado por Rago (2009, p. 595): “é já tempo que mulher operária faça também nesta cidade o que vai fazendo em tantas outras cidades civilizadas [...] Uni-vos, formai sociedade de resistência, procurai conquistar mais bem-estar, despertai do longo letargo no qual tendes estado adormecidas até hoje”. Esses movimentos foram se fortalecendo ao longo dos primeiros anos do século. A expectativa para a participação feminina deveria culminar na conquista dos direitos, uma vez que a industrialização ganhava espaço nos grandes centros urbanos e a mulher estava sendo preparada e capacitada para a sua inserção no mercado de trabalho, conforme aponta Rago (2009).

Nesse contexto foi fundado o Partido Comunista Brasileiro em 1922, que segundo Rago (2009, p. 596), “arrebanhou muito dos antigos militantes anarquistas”. Essas divisões entre os grupos sociais acabaram por desencadear uma luta de classe e poder. As anarquistas propuseram a chamada “revolução social” que almejava a emancipação feminina, a igualdade e a liberdade, uma vez que a emancipação feminina se comungava com a emancipação de toda a humanidade.

As proposições do movimento anarquista tinham o objetivo de compreender a mulher, sua história e o seu papel social, que

as relações entre homem e mulher deveriam ser, portanto, transformadas em todos os espaços de sociabilidade. Num mundo em que mulheres e homens desfrutassem de condições de igualdade, as mulheres teriam novas oportunidades não só de trabalho, mas de participação na vida social (RAGO, 2009, p. 597).

Nesse sentido, abriam-se espaços para repensar as condições femininas do século XX: o trabalho além do espaço familiar, o casamento, a família e a educação. Na formulação libertária, a mulher emancipada seria incluída na sociedade, nos fazeres que até então eram praticados pelos homens nos espaços políticos, sociais e culturais. Nessa perspectiva, o envolvimento da sociedade em fatores que influenciavam o modo de vida das pessoas, passaria a receber uma “participação direta nas formas de organização da vida



política e social” (RAGO, 2009, p. 598). Isso quer dizer que as mulheres deixariam seus postos de sujeitos passivos e passariam a fazer parte da sociedade machista vigente na época.

Esse processo emancipatório foi doloroso, muitas mulheres foram punidas, expulsas do mercado de trabalho e perseguidas. Por trás delas estavam os mandantes, seus companheiros, conforme a autora ilustra com um trecho de um processo criminal da época: “[Faziam] operárias subirem à tribuna pública e falar [...] contra as autoridades constituídas. Ainda ontem e em outros comícios anteriores, não tem falado a eles com a sua palavra arrogante e atrevida a operária Penélope [*sic*], residente à Rua Cavaleiro Crespi, nº 3” (RAGO, 2009, p. 602). Este trecho demonstra a influência masculina nas ações resultadas do movimento feminino, ou seja, mesmo que em busca da emancipação, as mulheres da época continuavam vivendo a submissão dos seus companheiros que as manipulavam contra a ordem estabelecida.

Até aqui notamos como foi acirrada a luta feminina por conquista de direito e valorização pessoal e social em nossa sociedade. As mulheres nesta época eram vistas inferiores aos homens, devido a sua constituição biológica, pois “os argumentos criados ou reproduzidos e até classificações preconceituosas que pregavam converteram-se em códigos que aos poucos passaram a reger as relações entre os sexos, bem como entre as diferentes classes sociais” (RAGO, 2009, p. 604).

Os homens da época eram dotados de um discurso preconceituoso que inferiorizava a mulher em todos os seus aspectos sexuais, de gênero, de classe social e de etnia. Até meados dos anos de 1960, a mulher era dotada de funções sociais mais voltadas para a família, o casamento e a maternidade. Segundo Rago (2009, p. 604), “não deveria fumar em público ou comparecer a bares e boates desacompanhada, e a política ainda era considerada assunto preferencialmente masculino”. Isso demonstra ainda a ideia de domínio que os homens detinham sobre as mulheres, e as diferenças acerca das possibilidades de realizar diversas tarefas.

Voltando às últimas décadas, podemos entender que as mudanças ocorreram de forma bastante lenta. As mulheres brasileiras do final do século



XX continuavam sendo tratadas dentro de uma esfera redutora, ainda que timidamente, uma vez que

no caso da distribuição de papéis profissionais masculinos e femininos, dados estatísticos mostram que não há mera a simples reprodução de fronteiras sexuais: elas se deslocaram com notável velocidade nas últimas décadas – sem terem, contudo, desaparecido. Mantêm-se ainda vivas nos vários exemplos de diferenças hierarquizantes no nível material (vide as diferenças salariais por gênero) e simbólico (PUPPIM, 1994, p. 15).

O trecho acima demonstra, embora uma situação mais confortável no que diz respeito às diferenças entre os gêneros e os papéis que demandam o mercado de trabalho, mas ao mesmo tempo atesta para uma desigualdade que continua diferenciando homens e mulheres. Por mais que já se tenha avançado na inclusão feminina e na distribuição de cargos, há que se reconhecer que as mulheres ainda sofrem preconceito e discriminação histórica que se instala desde sua entrada neste mundo, nos meados do século XVIII (PUPPIM, 1994).

A luta pela igualdade entre os gêneros é um fator histórico e social, que aos poucos tem invisibilizado os divisores que existem entre homens e mulheres, uma vez que “muitas mulheres [...] têm lutado nas últimas três décadas pela construção de uma esfera pública democrática. Elas querem afirmar a questão feminina e assegurar a conquista dos direitos que se referem à condição da mulher” (RAGO, 2009, p. 604).

Já provada a necessidade de uma política efetiva de inclusão da mulher, considerando a sua história, seu aspecto social e físico, sua participação no desenvolvimento humano, no ensino e na pesquisa, é preciso ainda, que o respeito seja a única ponte de ligação entre os sujeitos, homens e mulheres, para que cada um/a desempenhe seus papéis e funções, sejam quais forem em nossa sociedade.



---

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste artigo nos possibilitou discutir a entrada da mulher no mercado de trabalho. Essa inserção não aconteceu para que as mulheres alcançassem sua emancipação, mas pelo contrário: houve a exploração dupla delas, pelo fato de continuarem com o trabalho doméstico e ainda servirem ao capital. Em meio a essa exploração, as crianças também viram mudar suas rotinas. Juntamente com as mulheres, elas foram obrigadas a vender sua força de trabalho para o capital, com intuito de ajudar na renda familiar, visto que o homem, sozinho, já não conseguiria dar conta de sustentar a família.

Todas essas mudanças se deram com o advento da maquinaria. Com o aperfeiçoamento das ferramentas – força morta –, o trabalho vivo (homens) passou a ser desvalorizado. E recebendo menos, o homem não conseguiria mais dar conta de sustentar sua esposa e filhos.

Logo, entendemos que a inserção da mulher no mundo do trabalho não foi fácil. Elas teriam que lidar com uma longa jornada de trabalho, remuneração muito baixa etc. E, ainda, dar conta das tarefas domésticas: cuidar dos/as filhos/as, fazer comida, limpar a casa... E vale ressaltar que a discussão pela “emancipação” feminina acaba diluindo, aos poucos, a discussão da exploração da classe trabalhadora, deslocando a questão da luta de classes para a discussão pela luta de minorias – neste caso para as relações que acabam menosprezando as ações das mulheres.

Mesmo hoje, com a entrada e permanência das mulheres no mundo do trabalho, podemos averiguar que os preconceitos e as diferenças de gênero são bastante marcados. Comparando as informações contidas neste trabalho, podemos afirmar que os homens na maioria das vezes ocupam os cargos de maior prestígio dentro das empresas e postos de trabalho existentes no Brasil. Desta forma, em sua maioria, às mulheres ficam relegados os cargos mais submissos, cargos “inferiores”.

Incluir a mulher na vida social, e, mais especificamente no mercado de trabalho, é emergente no mundo contemporâneo, uma vez que nossa sociedade foi construída com sua participação, sua força e seu trabalho. Mas, é



necessário antes de tudo, pensar em políticas de inclusão igualitárias, com valorização profissional, paridade nos direitos constitucionais e nas remunerações percebidas.

## REFERÊNCIAS

AMMANN, Safira Bezerra. Mulher: trabalha mais, ganha menos, tem fatias irrisórias de poder. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, nº 55, nov 1997, p. 84-104.

BARDWICK, Judith M. **Mulher, Sociedade, Transição**: como o feminismo, a liberação sexual e a procura da auto-realização alteraram as nossas vidas. São Paulo: DIFEL, 1981.

HARVEY, Harry. **Condição pós-moderna**. 12. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

KON, Anita. A Economia Política do Gênero: determinantes da divisão do trabalho. **Revista de Economia Política**, vol. 22, nº 03, julho-setembro/2002, p.89-106.

LAVINAS, Lena. Perspectivas do emprego no Brasil: inflexões de gênero e diferenciais femininos. *In*: \_\_\_\_\_; LEÓN, Francisco. **Emprego feminino no Brasil**: mudanças institucionais e novas inserções no mercado de trabalho. CEPAL, *Série Políticas Sociales*, n. 60, v. 01, set 2002, p.33-54.

MARX, Karl. **O capital** – crítica da economia política. 10 ed. Livro 1, Volume I, 1985.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: livro I. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Sistema de ensino e divisão do trabalho. *In*: \_\_\_\_\_. **Textos sobre educação e ensino**. São Paulo: Moraes, 1992, p. 15-26.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **A feminização no mundo do trabalho**: entre a emancipação e a precarização. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2004.

PUPPIM, Andréa. Mulheres em cargos de comando. *In*: BRUSCHINI, Cristina; SORJ, Bila (Orgs.). **Novos Olhares**: mulheres e relações de gênero no Brasil. São Paulo: Marco Zero: Fundação Carlos Chagas, 1994, p. 13-36.





---

RAGO, Margareth. Trabalho Feminino e Sexualidade. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das Mulheres no Brasil**. 9. ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2009, p. 578-606.

SOUZA, Osmar Martins; PEREIRA MELO, José Joaquim. **Da manufatura à maquinaria moderna**: consolidação do modo de produção capitalista. V EPCT – Encontro de Produção Científica e Tecnológica, 2010.